



## Império, pluralismo e democracia: o pensamento político no Quebec e no Canadá inglês<sup>1 2</sup>

Yves Couture<sup>3</sup>

Tradução de Janaína Nazzari Gomes<sup>4</sup>

**Resumo:** O texto examina a evolução do pensamento político no Canadá, desde a sua fundação até os dias atuais. Neste exame, três conceitos emergem como fundamentais para a compreensão da experiência canadense, aqueles de império, pluralismo e democracia. Cada Estado organiza sua pluralidade de forma particular. No caso do Canadá, ele se caracteriza pela existência, em seu seio, de sociedades distintas em sua história, sua cultura e seu estatuto político, sejam elas as Primeiras Nações, as sociedades fundadas pelos empreendimentos coloniais franceses e ingleses e os grupos multiculturais oriundos da imigração, entre os quais é possível observar a ocorrência de uma hierarquização, apoiada, entre outros, pelo próprio regimento institucional do Canadá, que assegurou a preponderância do Canadá inglês, sobretudo, no momento da entrada em vigor da Confederação, em 1867. No entanto, assim como as demais sociedades ocidentais, o Canadá vivenciou profundas mudanças desde 1960. O aprofundamento do imaginário democrático deslegitimou o caráter hierárquico. No plano político, pode-se distinguir três fases dessas transformações: de 1960 a 1980, identifica-se uma dinâmica de contestação marcada pelas reivindicações nacionalistas quebequeses; de 1980 a 1995, um período de crise constitucional e; a partir de 1995, um realinhamento das forças políticas, que favoreceu a realização de uma mudança conservadora na política canadense. O pensamento político também passa por fases distintas. Observa-se, inicialmente, um espírito modernizador que assume, às vezes, formas radicais através da integração de perspectivas marxistas e descolonizadoras. A crise constitucional contribuiu, em seguida, para alimentar os debates contemporâneos entre as teorias liberais da justiça, o comunitarismo e o republicanismo. Ao empreendermos uma visada geral, notamos uma mudança pluralista que reflete, no entanto, a emergência de novas figuras de unidade. Historicamente, o pensamento político canadense se desenvolveu amplamente no terreno das difíceis articulações entre unidade, dualidade e múltiplo.

**Palavras-chave:** Canadá; Confederação; Pensamento Político; Democracia.

## Imperialism, pluralism and democracy: the political thought in Quebec and the English Canada

**Abstract:** This paper reviews the evolution of the political thought in Canada, from its foundation until the current days. Throughout this review, three main concepts emerge as vital in order to understand the Canadian experience, those of imperialism, pluralism, and democracy. Every state organizes its plurality in a particular way. In the case of Canada, it characterizes itself by the existence, in its interior, of societies distinguished by its histories, its cultures and its political status, namely the First Nations, the societies founded by the British and French colonial developments

<sup>1</sup> Tradução da obra: COUTURE, Yves. *Empire, pluralisme et démocratie: la pensée politique au Québec et au Canada anglais*. In: GAGNON, Alain-G. *La politique québécoise et canadienne: une approche pluraliste*. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2014, p. 5-36. A tradução ao português foi concedida gratuitamente pela Editora Presses de l'Université du Québec e foi realizada de maneira benévola por Janaína Nazzari Gomes.

<sup>2</sup> Eu gostaria de agradecer a Charles Clattberg, do qual eu espero ter conservado, aqui, ao menos uma parte da ética do diálogo que ele tão bem formulou.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Paris I (1998). É Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade do Quebec em Montreal (UQAM). Email: [couture.yves@uqam.ca](mailto:couture.yves@uqam.ca)

<sup>4</sup> Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista do CNPq. É também membro do Conselho de Administração do *Centre de la francophonie des Amériques*, órgão público quebequense.

and the multicultural groups emerged from immigration. Between these societies, it is possible to observe the occurrence of a hierarchization process, sustained, among others, by the Canadian institutional regime, which ensured the predominance of the English Canada, especially at the adoption of Confederation, back in 1867. However, as other Western societies, Canada has been facing extensive changes since the 1960'. The further deepening of the democratic imaginary has delegitimized the hierarchical character. In the political plan, it is possible to distinguish three phases of these transformations: from 1960 to 1980, a dynamics of contestation marked by the Québécois nationalist claims; from 1980 to 1995, a period of institutional crisis and; from 1995 to nowadays, in realignment of political forces that favored a conservative change in Canadian politics. The political thought also traverses different phases. We observe, initially, a spirit of modernization that assumes, sometimes, radical forms through the integration of Marxists and decolonization perspectives. Thereafter, the constitutional crisis contributed, to feed the contemporary debates between the liberal theories of justice, the communitarianism and the republicanism. Through this review, we can note a pluralist change that reflects the emergence of new figures of unity. Historically, the Canadian political has developed itself in the terrain of the difficult articulations between unity, duality and the multiple.

**Keywords:** Canada; Confederation; Political Thought; Democracy.

## Introdução

Tomado em seu sentido mais amplo, o pensamento político é o pano de fundo das ideias e valores que formam as opiniões de cada cidadão sobre a sociedade, a justiça, o bem comum ou a excelência. No entanto, reserva-se, geralmente, o termo para as expressões mais aprofundadas da reflexão, que, por sua vez, assumem as mais diversas formas. Sobre o Canadá, podemos dizer que o pensamento político constituiu-se, inicialmente, em estreita relação com a ação de homens como Papineau, Mackenzie, Macdonald ou Laurier. Após 1840 e durante mais de um século, os historiadores terão um papel determinante na interpretação da experiência nacional<sup>5</sup>. Em seguida, foram as ciências sociais e a filosofia que continuaram, em larga medida, a empreitada interpretativa. Procura-se, então, melhor distinguir duas abordagens possíveis do pensamento político: tratar-se-ia seja de tomá-lo como um objeto de estudo seja de colaborar com ele a partir de proposições normativas. Na realidade, trata-se de duas tarefas que estão associadas, já que nenhum estudo é integralmente neutro neste domínio e que nenhuma proposição séria pode desconsiderar as diversas correntes e tradições que se instituíram. A abordagem acadêmica tende, porém, a distanciar o pensamento político da prática. Recolocá-la no âmbito nacional pode permitir atenuar tal efeito. Quando afirmarmos isso, não queremos dizer que o âmbito nacional seja o único espaço da política concreta, mas que ele permanece, ainda hoje, o mais importante.

Várias ferramentas podem servir de ponto de partida para o estudo do pensamento político canadense. Pontuemos, primeiramente, um certo número de antologias que compilam os textos julgados particularmente significativos (CORBO, LAMONDE, 1999; FORBES, 1985; FIERLBECK, 2005). Numerosas obras coletivas ilustrando os principais aspectos do tema foram publicadas a partir dos anos 1970<sup>6</sup>. Raros autores, no entanto, propõem sua própria síntese sobre o campo. A comparação desses estudos de cunho mais geral revela uma evolução muito nítida entre as abordagens. Sob a influência do marxismo, o gênero dominante foi, por muito tempo, a análise comparativa das ideologias. A partir dos anos 1980,

<sup>5</sup> Sobre o sentido diretamente político que teve, por muito tempo, a disciplina histórica, é instrutivo ler conjuntamente Berger (1976) e Rudin (1998).

<sup>6</sup> É importante relacionar o significativo conjunto de obras de análise das ideologias. Em francês, ver, por exemplo, Dumont *et al.* (1971, 1974, 1978, 1981a, 1981b, 1981c) ou ainda Monière (1977). Em inglês, ver, em especial, Ornstein e Stevenson (1999). Para análises mais próximas do pensamento e da filosofia políticas, ver Brooks (1984) ou Beiner e Norman (2001).

a renovação da filosofia política deslocou as questões e as problemáticas. É possível, entretanto, observar uma constante: a consciência dos desafios que o caráter **multinacional** e multicultural do Canadá impõe. A dualidade linguística constitui, por si só, um dado inexorável, inclusive no mundo intelectual. A maior parte dos trabalhos quebequenses, por exemplo, tratam unicamente do Quebec ou do Canadá francês. O mesmo ocorre no Canadá inglês: um dos livros mais ambiciosos sobre o pensamento político canadense, afirma que o pensamento quebequense, retomando uma fórmula consagrada, mereceria figurar em uma obra à parte e que, portanto, ele não seria abordado em suas páginas (BEINER, NORMAN, 2001, p. 2-3). Algumas perspectivas mais gerais foram propostas e, aqui, pensamos notadamente nas obras de Katherine Fierlbeck (2005, 2006) ou no trabalho coletivo dirigido por Stephen Brooks (1984). Apesar de seus méritos, tem-se, às vezes, a impressão de que o pensamento quebequense é colocado como figurante em um cenário integrador, que altera a sua significação<sup>7</sup>.

A diversidade intrínseca ao Canadá nutriu, por muito tempo, um sentimento de inacabamento. Ela parece, porém, associar-se, atualmente, com a desconfiança contemporânea das pretensões unitárias. Alguns relacionam tal desconfiança ao **pós-modernismo** ou, minimamente, a uma virada pluralista do pensamento ocidental. A exaltação do múltiplo tem, na realidade, fontes complexas. Uma das mais influentes, parece-nos, é o aprofundamento do imaginário democrático moderno, que tem na aspiração à igualdade um dos seus principais aspectos. De fato, é em nome de reivindicações igualitárias que as críticas mais ou menos radicais ao **imperialismo de 'Um'** são proferidas. No entanto, há, aí, um paradoxo, porque a noção de "igualdade" supõe uma forma de identidade e, portanto, uma figura de 'Um'. Destarte, grande parte das críticas atuais ao 'Um' entretêm relações mais estreitas do que parece com aquilo que elas afirmam combater.

Essa tensão será, pois, nosso ponto de partida. Com efeito, partindo das relações entre diversidade e unidade, parece possível operar um corte transversal que lançaria luz às principais expressões, à evolução e aos desafios atuais do pensamento político no Canadá inglês e no Quebec. Para fazê-lo, nós relembremos, inicialmente, os dados fundamentais da equação canadense. Em seguida, nós nos dedicaremos a uma análise articulada dos dois polos, a partir do que se pode chamar os momentos hierárquico e imperial da história do país. Na última parte, tentaremos apreciar até que ponto a democratização da realidade e do imaginário políticos, desde os anos 1960, renovou o estatuto e o sentido da pluralidade. Neste ponto, é mister precisar que a análise que propomos não aspira a ser um estudo exaustivo do pensamento político canadense – ou de algumas de suas obras mais importantes – mas uma interpretação do que é, sem dúvida, seu desafio mais indelével e decisivo.

### Qual nação, qual Estado, qual regime?

O Estado-nação constituiu-se, na Europa, em um contexto marcado por um duplo simbolismo universalista: a ideia de **império**, herdada da civilização romana, e a ideia de cristianismo. A consolidação de Estados rivais fragmentou esses horizontes de sentido sem, porém, esvaziar a dinâmica instalada, já que os Estados modernos serão igualmente herdeiros das formas políticas e religiosas anteriores. De fato, as grandes nações emergentes nunca se enxergaram como partículas isoladas. À sua maneira, cada uma se vê

<sup>7</sup> A melhor visão de conjunto continua sendo aquela de Fierlbeck (2006).

como uma versão exemplar do espírito cristão, europeu ou moderno. Não podemos, portanto, esquecer que o Estado-nação, como forma política, aspira também a ser portador do universal. Essa dimensão é deveras visível nos Estados que tiveram mais influência sobre a experiência canadense. Com efeito, o Canadá construiu-se na sombra dos Estados Unidos, *the first new nation*, a partir de fragmentos dos impérios coloniais francês e inglês. Ele produziu as suas próprias concepções de si em uma complexa relação com as concepções americanas, francesas e inglesas sobre o que é ser uma nação. Essa herança heterogênea, por um lado, explica a dificuldade em fundar uma narrativa nacional unificada comparável aos mitos fundadores americanos e, por outro lado, assinala as estreitas relações entre a diversidade interna de uma nação e a ideia que ela faz de si mesma sobre o seu lugar no mundo.

Examinemos mais de perto a diversidade canadense. A política supõe a pluralidade. Uma constatação banal que fala, sobretudo, da pluralidade de grupos ou *status*, cujas relações constituem a sociedade. De fato, observando como a diversidade está organizada e pensada na sociedade e especificando quais das suas formas são privilegiadas em detrimento de outras – que permanecem obscurecidas –, compreende-se melhor a especificidade de um Estado. Cada Estado possui, a esse respeito, uma cartografia que lhe é própria. A justaposição de sociedades distintas no que tange à língua e à cultura é um fato inexorável da experiência canadense. Ela acompanha, em parte, a divisão em dez províncias e três territórios, que tem, cada um, suas instituições, seus interesses e seus traços particulares<sup>8</sup>. A tais divisões culturais e políticas acrescentam-se as divisões do trabalho, da riqueza e do poder – que se reforçam e evidenciam em termos de diferenças de classes –, além de, evidentemente, as diferenças, ao mesmo tempo, naturais e sociais entre homens e mulheres, entre gerações, etc.

Essas diversas distinções sobrepõem-se. A diferença entre grupos nacionais e culturais é acompanhada por uma **hierarquia** social ligada à divisão do trabalho e do poder. O termo *vertical mosaic* [mosaico vertical] descreve bem esse tipo de entrecruzamento<sup>9</sup>. Além disso, a sociologia aprendeu a levar em conta também a pluralidade associada ao gênero e a outros traços identitários. Dependendo das escolhas teóricas ou dos atores sociais, dar-se-á, no entanto, um maior ou menor peso à cada distinção. Pode-se, também, se questionar sobre a articulação hierárquica ou igualitária das diferenças de todos os tipos. Pode-se, ainda, questionar qual é o estatuto – natural, convencional ou ambos – da diversidade humana como tal. Finalmente, tantas questões inseparáveis que dizem respeito ao **regime político**.

Por um lado, enquanto o modelo continuava a evocar a Atenas clássica, associava-se a democracia a um ideal de igualdade considerado inalcançável fora de uma pequena sociedade culturalmente homogênea. Por outro lado, o pensamento político atual visa, mormente, à reconciliação entre a igualdade e o pluralismo identitário. O desafio pode parecer banal, mas ele requer que se levem em conta as possibilidades e as influências de cada forma política. O Estado moderno, como já mencionamos, herdou uma parte de sua substância das ideias de império e cristianismo. Na medida, porém, em que integrou, paulatinamente, aspectos **republicanos** e democráticos, o Estado aproximou-se do modelo da *polis* clássica. Assim, poder-se-ia dizer que o Estado é uma forma quase imperial – caracterizada por uma forte distinção entre ele e a

<sup>8</sup> Considerando que os povos indígenas não são uma parte constitutiva do federalismo canadense demonstra que este recorte é apenas parcial. Sobre isto, ver Papillon (2006, p. 464-466).

<sup>9</sup> O termo diz respeito à clássica obra de John Porter, *The Vertical Mosaic: An Analysis of Social Class and Power in Canada*. Publicada em 1965, a obra é contemporânea ao momento no qual o Canadá abandonava à fase hierárquica canadense.

sociedade e por uma importante diversidade cultural – que se pensou como uma *polis*. Portanto, a tensão oriunda entre a realidade efetiva do Estado e os seus referentes intelectuais – a partir dos quais, aliás, construiu-se ou renovou-se o imaginário sobre o país – continua pautando o Estado moderno. Para convencer-se disso, basta apreciar a difícil conciliação entre a ideia de Estado e a ideia – tomada em seu primeiro sentido – de democracia<sup>10</sup>.

Tal tensão foi sempre eloquente no Canadá, onde a história, os símbolos nacionais, a estrutura institucional e a pluralidade identitária lembram mais um Império do que um Estado-nação<sup>11</sup>. O desafio será, então, conformar um país unificado, liberal e democrático a partir de materiais heteróclitos, herdados de um passado colonial.

Tem-se noção da amplitude do desafio ao conhecer a diversidade nacional e cultural que, tão profundamente, marcou a história canadense. Sobre isso, é mister distinguir seus três estratos principais. Inicialmente, é preciso mencionar as sociedades que serão doravante chamadas de “Primeiras Nações” e que constituem o primeiro estrato: além de constituírem um mundo à parte, diferem também entre si em relação à língua, ao modo de vida ou, ainda, à organização política. Fato importante: nenhuma dessas sociedades ocupava o território canadense em sua totalidade; várias viviam também no espaço que, hoje, é ocupado pelos Estados Unidos. A atual divisão política do continente deve, portanto, pouco aos seus primeiros ocupantes. Além disso, permanece indefinida<sup>12</sup> a avaliação acerca da influência dos povos autóctones sobre a ordem constitucional canadense – ou americana. De qualquer forma, esses povos não tiveram a iniciativa e seu estatuto inicial era deveras ambíguo. Com raízes no passado, a situação das Primeiras Nações permanecerá ambígua até hoje e continuará, portanto, a impor ao país aquele que permanece sendo o seu principal desafio moral.

O segundo estrato é aquele das sociedades formadas a partir de um projeto colonial europeu. Aqui, a presença concomitante das fundações coloniais francesas e inglesas é o fato que merece atenção. Observa-se um fenômeno similar nos Estados Unidos se levar-se em conta as presenças iniciais holandesa, francesa e espanhola. O equilíbrio de força entre grupos não foi, no entanto, semelhante no Canadá, onde a sociedade originária da Nova França conservou uma personalidade institucional muito mais forte do que tiveram as descendências coloniais não inglesas absorvidas na sociedade americana. A persistência de uma sociedade política de origem francesa é, evidentemente, uma das bases da dualidade nacional. Uma parte importante do pensamento político canadense consistiu, portanto, em definir a amplitude dessa dualidade: os pensadores canadenses-franceses e quebequenses tendiam a ver aí o fato fundador do país, enquanto a maioria dos pensadores do Canadá inglês minimizava a sua relevância. Estas diferenças de interpretação acabam por revelar uma das dimensões da própria dualidade. Porém, ela deve-se, igualmente, à natureza dos dois Canadás. O Canadá inglês fora constituído de um amálgama composto de legalistas<sup>13</sup>, advindos

<sup>10</sup> Possivelmente, é em *Princípios da Filosofia do Direito*, de Hegel, onde esta dificuldade é revelada em sua maior profundidade. Ver, notadamente, os parágrafos 272 e 273.

<sup>11</sup> Este caráter imperial do Estado Canadense foi analisado por diferentes autores. Ver Chevrier (2011), Couture (2007), Di Norcia (1979) ou ainda Tully (1999).

<sup>12</sup> Ver, notadamente, Young (2000). Tully (1999) defende que ainda nos resta muito a aprender do espírito indígena para afastar o constitucionalismo clássico da sua herança imperial.

<sup>13</sup> Legalistas eram os colonos das Treze Colônias comprometidos com a Coroa Britânica e que lutaram pela manutenção da sociedade colonial. O sucesso da Revolução Americana levou um grande número de legalistas a abandonar o novo país republicano e a se instalar na colônia britânica do Canadá. Esta população forma a base da população anglófona do Canadá (N. do T.)

dos Estados Unidos, e de colonos ingleses, escoceses e irlandeses. Acrescentar as distinções religiosas e a pluralidade das províncias impediria analisar precisamente a coesão do que fora o Canadá francês e do que continua fortemente a ser o Quebec francófono moderno.

O terceiro e último estrato da diversidade cultural canadense constituiu-se pelas sucessivas ondas de imigração. Nesse sentido, seria necessário, de um lado, distinguir cada grupo segundo sua ancestralidade, seu grau de proximidade com a sociedade que o acolheu, seu perfil socioeconômico e os principais focos de sua inserção, e, de outro, dar conta dos eventos imprevistos que podem, a cada momento, causar uma dinâmica de integração ou de exclusão. Apesar ou através dessa complexidade, a amplitude da imigração ajudou a refazer a imagem da diversidade canadense dando um peso decisivo à ideia do **multiculturalismo**, termo ao qual alguns buscam resumir todas as diferenças. No entanto, houve eloquente resistência a tal simplificação por parte das Primeiras Nações e do Quebec. Pensadores como Charles Taylor ou Will Kymlicka, que propõem distinções deveras claras entre os tipos de diversidades ou de minorias<sup>14</sup>, também propõem expressões conceituais alternativas para contrapor o termo reducionista. Na percepção da maioria, porém, permanece incerto o peso que tais precisões terminológicas têm.

A apresentação didática e separada desses estratos nacionais e culturais não faz jus ao seu entrelaçamento. As relações entre o Quebec e o resto do Canadá interagem constantemente com a questão da imigração e das minorias culturais e interagiram, algumas vezes, de maneira especular, com as questões relativas às Primeiras Nações. Lembremos também que as polaridades nacionais e culturais cruzam-se, também, com as demais diferenças sociais. Um exemplo eloquente é a extensão que tomou a questão da igualdade entre homens e mulheres nos debates concernentes ao estatuto das Primeiras Nações, à integração dos imigrantes e até mesmo sobre o estatuto do Quebec<sup>15</sup>. Tal tensão perdura há mais de 30 anos.

O vigor do pensamento político no Canadá inglês e no Quebec deve-se amplamente à tensão produzida entre dois aspectos: uma equação nacional muito delicada e o aprofundamento do *ethos* democrático. Para dar uma medida justa dos desafios a serem enfrentados e das interpretações ou das soluções propostas, não basta, porém, apresentar um quadro das posições atuais. Um debate intelectual e político não tem como única dimensão horizontal o presente. Não se pode tampouco contentar-se de supor uma invariante teórica a partir da qual pretendemos classificar tudo definitivamente. De fato, as principais formas do pensamento canadense constituíram-se na história e com o que tal fato implica em continuidades e em rupturas, sejam elas conscientes ou não. Com vistas a evitar um *presentismo* ingênuo, é preciso, pois, revisitar essa ancoragem histórica<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Ver a noção de “diversidade profunda”, em Taylor (1992, p. 181-214). Kymlicka formaliza a distinção entre as minorias nacionais e as minorias oriundas da imigração em *La citoyenneté multiculturelle* (2001).

<sup>15</sup> Durante os debates em torno do acordo de Lago Meech, por exemplo, algumas feministas do Canadá Inglês estimavam que o reconhecimento do Quebec como sociedade distinta poderia levar a um recuo dos direitos das mulheres.

<sup>16</sup> *Three Civilizations, Two Cultures, One State: Canada's Political Traditions* (1986), de Douglas V. Verney, continua, até hoje, sendo um dos melhores exemplos do aporte de uma perspectiva histórica aprofundada para apreender as diversas manifestações do pensamento político canadense.

## O momento hierárquico e imperial

Três aspectos balizarão nossa análise. É preciso, inicialmente, retornarmos ao fato de que o Canadá resulta dos projetos coloniais francês e inglês. Uma colônia supõe a fundação de uma ordem política e de uma sociedade, com seus costumes e sua cultura. Essa dupla fundação poderá ser seguida, mais tarde, pela refundação de uma ordem política independente da metrópole e – processo mais difuso – pela refundação de uma cultura que não mais se conceba como um simples prolongamento do país de origem. Os Estados Unidos ilustram satisfatoriamente essas fundações e refundações sucessivas. Seu exemplo irá inspirar os demais Estados do continente, mesmo se tratando de um modelo que nem sempre desejar-se-á seguir sem ressalvas. No Canadá inglês e no Quebec, por exemplo, a ideia de uma ruptura simbólica forte com a Europa chocou-se com a consciência de que se inspirar sem reservas do mito americano da refundação não seria totalmente saudável para o interesse nacional. Assim, a relação com as antigas metrópoles aparece como um meio de atenuar a hegemonia dos Estados Unidos. Recordemos, por exemplo, a réplica à insistência unilateral sobre a americanidade do Quebec (THÉRIAULT, 2002).

Segundo ponto a ser retomado: o Canadá nasce de um contexto hierárquico, o que supõe a afirmação da superioridade de certos valores, ideias e práticas de certos grupos. Inicialmente, uma colônia constitui-se a partir de uma relação hierárquica, visto que ela é somente uma parte de um todo do qual ela depende para sua sobrevivência e seu crescimento. Isso ocorre sempre, aliás. Já uma colônia conquistada encontra-se em uma situação ainda mais delicada. Para sustentar uma sociedade distinta, querer-se-á reter e ampliar alguns traços da metrópole. É tentador, então, definir-se mais em termos culturais que políticos. Lembremos, enfim, que os aspectos coloniais do Canadá interagiram com outros aspectos hierárquicos do mundo europeu, notadamente a clara divisão entre a elite e o povo ou a distinção institucional do sagrado e do profano.

Terceiro aspecto importante: desde sua origem, a sociedade canadense comportava traços de caráter mais igualitário que serviram de sementes para as mudanças que viriam a ocorrer mais tarde. Não raro reiterou-se que a **sociedade de Ancien régime** nunca pode ser integralmente reproduzida no solo norte-americano. A imensidão do continente e o exemplo dos autóctones rapidamente favoreceram a adoção de modos de vida que eram, pelo menos em parte, distantes dos modelos francês ou inglês. Uma estrutura social mais leve facilitou, então, o lento advento de um imaginário de igualdade. Acrescentemos, porém, que tal fato também contribuiu para desfavorecer rupturas radicais. Pensemos nas revoluções americana e francesa, por exemplo, que transformaram deveras brutalmente este ou aquele aspecto da sociedade.

O momento imperial canadense pode ser definido como o longo período em que as marcas dos fatos colonial e hierárquico continuam predominantes. Até quando tal fato persistiu? Há a tentação de responder ao questionamento mencionando a data de 1918; ou de 1931, momento da assinatura do tratado de Westminster; ou 1945; ou talvez que estas marcas ainda perdurem. Estabelecer fronteiras históricas é sempre delicado. De nossa parte, nós estimamos que o espírito imperial predominou até os anos 1960, período a partir do qual a democratização do pensamento e da vida canadenses acelerou-se. Ideias e eventos anteriores, certamente, ofereceram pequenos avanços precoces de um espírito liberal, republicano, democrático ou descolonizador. As rebeliões de 1837 e de 1838 vêm diretamente à memória. Porém, não fosse pelo fato colonial, a sociedade teria permanecido hierárquica. Alastrando-se por mais de três séculos, esse

momento imperial não é, evidentemente, homogêneo. Evoquemos o período do nascedouro do Tratado de Paris (1763) para elucidar alguns pontos. A equação nacional adquire forma duradoura no período que vai da Conquista inglesa [1760] até a refundação política de 1867. Segue-se a isso um século de maturação e, em seguida, de declínio da sociedade imperial canadense. Válida para todo o país, a distinção de três momentos históricos sucessivos explicita igualmente o ritmo específico da vida política e intelectual das duas sociedades nacionais que tiveram papéis decisivos em suas repetidas fundações e refundações.

Consideremos, inicialmente, a sociedade de origem britânica, que dá ao Canadá os principais traços de sua forma política e de sua cultura, a começar pelo papel dominante da língua inglesa. Durante muito tempo, muitos canadenses acreditavam viver em um *British country* [país britânico], onde o Canadá francês, os Autóctones e os grupos de imigrantes de outras origens eram entidades secundárias que deveriam ser assimiladas – ou, no mínimo, reconhecer a primazia do fato britânico. Esse sentido de prioridade alimentou-se de ideias e de sentimentos distintos ao longo das épocas. Antes que o Canadá inglês fosse majoritário, em meados do século XIX, a razão da hierarquia dos grupos nacionais residia, em primeiro lugar, no fato da Conquista e na relação com a metrópole, e, isso, sem esquecer a convicção sobre a superioridade moral da cultura protestante. A ideia da primazia do Canadá inglês apoiou-se, em seguida, na quantidade, ou, ainda, satisfez-se com a preponderância passada nos fatos históricos. Colocar em xeque essa hierarquia nacional institucionalizada – ou mesmo simplesmente lembrar sua existência – é frequentemente percebido como uma falta de fidelidade a um país que teria garantido a todos a paz, a ordem e um bom governo.

A predominância do Canadá inglês é, portanto, uma dimensão central do momento imperial. Ela não o impediu, no entanto, de ter de encarar importantes desafios. Inicialmente, o desafio da fundação, que comporta dois aspectos essenciais: de um lado, fundar um país situado ao norte do continente exige a unificação de todas as colônias dispersas, isto é, que estão distantes umas das outras. Tal empreendimento impõe, sobretudo, o estabelecimento de uma distinção com a nova sociedade dos Estados Unidos. Evidentemente, seria também necessário dar conta do fato francês. Trata-se, porém, de uma realidade que sempre se preferiu marginalizar. Se os eventos lembram o caráter inexorável dessa realidade, encaremo-los com uma denúncia contra o narcísico Canadá francês, que se imporia à atenção nacional. Os desafios essenciais do Canadá inglês consistem, portanto, em construir sua própria unidade e a resistir à tentação americana. Por outro lado, a transformação moderna do equilíbrio entre hierarquia e igualdade acarreta riscos específicos para o Canadá. Como manter o amálgama entre elementos tão diferentes se a vetusta relação hierárquica está enfraquecida? Garantir a prosperidade e a autonomia de um jovem país descentralizado, em que a economia depende amplamente da exportação de produtos naturais revela-se uma problemática de vulto, que resultará em um debate sustentado até hoje<sup>17</sup>.

As tradições políticas do Canadá inglês formaram-se a partir da adaptação das correntes do pensamento britânico aos múltiplos desafios do país. Os dois principais polos são as tradições conservadora e liberal. Porém, o espírito *tory*, no Canadá, nunca pôde ser plenamente alcançado. Faltava-lhe uma base

---

<sup>17</sup> Este debate será marcado por uma importante corrente de história econômica ilustrada, inicialmente, pelas obras de Creighton (1937) e de Innis (1930). Exaltando o papel do Canadá Central na estrutura econômica e política do país, estes autores contribuíram para uma tomada de consciência regionalista, a um sentimento de alienação no restante do país. Sobre esta questão, ver, por exemplo, Morton (1967).

aristocrática forte e a composição nacional do país era muito dispersa<sup>18</sup>. O espírito liberal, inversamente, por muito tempo articulou-se com o fato colonial, que institucionalizava um componente hierárquico e conservador. A *canadianização* das duas tradições conduzirá a misturas de conservadorismo liberal e de liberalismo imperial. Sob a influência de modelos ingleses ou americanos, alguns aspirarão, certamente, a um pensamento mais unificado.

A tensão entre o empréstimo de ideias estrangeiras e a realidade do Canadá é, aliás, uma constante da história intelectual nacional. A atração dos modelos estrangeiros pode até mesmo tornar-se tão forte que uma parte da população enxerga os acordos conciliatórios canadenses – sobretudo, no plano linguístico – como artifícios impostos pelo Estado. Além das tradições *tory* e liberal adaptadas ao contexto canadense, que eram, aliás, dominantes na elite, é mister assinalar os populismos de direita (como o *Crédit social*) e de esquerda (como a *Cooperative Commonwealth Federation*, nos seus primórdios), ligados a diferentes correntes do protestantismo. Já no que diz respeito à esquerda intelectual, ela permanecerá, por muito tempo, marginal.

É somente após a conquista da Nova França e a independência americana que a reflexão sobre a natureza da América do Norte britânica desenvolve-se verdadeiramente. As tensões entre classes tornam-se, assim, mais explícitas. A imigração de colonos escoceses, e, em seguida, irlandeses, traz para o primeiro plano um pluralismo religioso que acentua a dificuldade da imposição de uma Igreja de Estado ao modelo inglês. Aliás, entre a Revolução Americana e 1815, o mundo ocidental estará permeado por pujantes correntes republicanas e liberais, que irão ressurgir com força por volta de 1830. O reformismo do Baixo e do Alto-Canadá tira proveito desse contexto internacional<sup>19</sup>.

Isso posto, poderíamos falar de um primeiro momento liberal do Canadá inglês? Desde 1839, o relatório Durham sublinha sua precoce vitalidade comercial. Porém, ao insistir no conflito no Baixo Canadá como, primariamente, uma luta entre duas nações e não como uma luta entre o povo e uma oligarquia colonial, Durham favorecia a interpretação culturalista<sup>20</sup> dos desafios canadenses (DURHAM, 1990, p. 64-86). Diante de um Canadá francês considerado retardatário, o Canadá inglês fora, como nunca, convidado a conceber-se como o elemento moderno, progressista, sobre o qual recai o futuro do país. Entretanto, o contraste com os Estados Unidos fará com que seja salientada a dimensão conservadora, ilustrada pela recusa da revolução e da ruptura com a metrópole. A intersecção das duas perspectivas confirma, em alguma medida, o entrelaçamento das dimensões liberais e conservadoras no coração da cultura política canadense.

Especifiquemos a natureza desse entrelaçamento a partir da observação dos efeitos do pluralismo identitário no futuro Estado canadense. A reação contra o **family compact**, no Alto Canadá, alimentou-se de uma diversidade demográfica que torna inaceitável uma dominação estritamente inglesa e anglicana<sup>21</sup>. Após o Ato de União de 1840, liberais e francófonos moderados do Baixo Canadá descobriram interesses comuns no que tange à luta contra as prerrogativas da administração colonial. Um eixo central da política

<sup>18</sup> A avaliação da influência inglesa foi, sem dúvidas, objeto de persistentes debates. Para uma leitura crítica da tese de uma grande marca *tory*, ver, por exemplo, Ajzenstat e Smith (1995).

<sup>19</sup> Para uma perspectiva comparativa, ver Klooster (2009).

<sup>20</sup> A Era Vitoriana irá sistematizar o culturalismo embrionário da análise de Durham.

<sup>21</sup> A respeito do protestantismo do Alto Canadá, ver Wilton (2000).

canadense aparece aí: a necessidade, por parte dos liberais do Canadá inglês, minoria em sua própria sociedade, de formar uma coalizão com deputados quebequenses para garantir uma maioria nacional. A diversidade canadense parece, então, ter favorecido o espírito liberal do início do século XIX. A Confederação de 1867 institucionalizará, no entanto, a predominância *tory* na definição do país: fidelidade à Inglaterra e à monarquia, Senado não eleito, tudo em contraste com o republicanismo e o populismo americanos<sup>22</sup>. Reconhecido pelo federal, o pluralismo canadense é, porém, desvalorizado pelo fortalecimento do princípio hierárquico e pela concentração dos poderes mais importantes, atribuídos ao Parlamento nacional. O enfraquecimento do Canadá francês é um dos principais fatores para a mudança de tendência. Seu peso relativo diminuía há décadas sob o efeito de uma política de imigração seletiva que favorecia imigrantes britânicos. Além disso, a derrota dos patriotas coloca a corrente republicana e liberal na defensiva, o que favoreceu ainda mais a hegemonia conservadora da Igreja. Nesse sentido, a recriação de uma entidade política com maioria francófona, o Quebec, pode certamente ser vista como uma vitória. Sua integração no vasto conjunto anglófono significa, porém, a marginalização estatal do Canadá francês. A aliança com parceiros do Canadá inglês permanece possível, mas em um contexto global no qual a influência dos francófonos diminui substancialmente. Os contextos político e simbólico estavam colocados para o desenvolvimento e apogeu da época imperial canadense.

O imperialismo canadense manifestar-se-á nas décadas seguintes. Trata-se de uma corrente de pensamento deveras estudada a partir dos trabalhos de Carl Berger (1969; 1970)<sup>23</sup>. A atenção é merecida, visto que ele oferece ao Canadá inglês sua primeira concepção forte de si mesmo. Nesse sentido, é preciso considerá-lo mais como a expressão de uma sociedade do que o confinar a alguns círculos restritos<sup>24</sup>. Em linhas gerais, o pensamento imperialista almejava atribuir ao Canadá e aos demais *white dominions*, como a Austrália, um papel primordial na gestão do Império britânico. Ele sustentava-se, pois, na ideia de uma missão civilizadora e na vontade de gerir o Império de maneira colegiada, integrando a contribuição de jovens **domínios**, ainda virtuosos e vigorosos<sup>25</sup>. O contexto ideológico do final do século XIX apresentava um terreno favorável para tais discursos identitários com conotação racial. Mas o imperialismo respondia igualmente a necessidades específicas do Canadá inglês. Fazendo do Império o melhor disseminador de ideais como o parlamentarismo e a economia de mercado, o Canadá fornecia uma majestosa reconciliação do conservadorismo e do liberalismo. O imperialismo associava também a identidade anglo-canadense a um conjunto mais glorioso e pujante do que os Estados Unidos, dando, então, uma reposta simbólica ao desafio americano. O projeto de uma direção comum do Império prometia, aliás, ultrapassar a hierarquia colonial entre a Grã-Bretanha e seus domínios. A identificação ao Império exalta, enfim, a preponderância do Canadá inglês em relação aos demais componentes da sociedade canadense. Tal fato está longe de ser um detalhe, já que se trata de uma época em que a colonização do Oeste causava importantes fricções com Mestiços e francófonos e que havia, ainda, o desafio de integrar ondas sucessivas de imigrantes não anglo-saxões.

<sup>22</sup> Encontramos uma apresentação sintética dos debates em torno da Constituição de 1867 em *Débats sur la fondation du Canada*, dirigido por Ajzenstat *et al.* (2004). Sobre a intenção conservadora do principal arquiteto da Constituição [de 1867], a monumental biografia que lhe foi consagrada por Creighton (1981) continua a ser a referência clássica.

<sup>23</sup> Nós também nós inspiramos da notável análise comparável realizada por Lacombe (2002).

<sup>24</sup> Sobre a importância da temática imperialista na educação dos canadenses ingleses até os anos 1960, ver, notadamente, Francis (1997, p. 52-87).

<sup>25</sup> Ver a noção de “diversidade profunda”, em Taylor (1992, p. 181-214). Kymlicka formaliza a distinção entre as minorias nacionais e as minorias oriundas da imigração em *La citoyenneté multiculturelle* (2001).

O pensamento imperialista associava, portanto, a particularidade canadense à universalidade de um grande império civilizador. Essa dialética do particular e do universal lembra, em muitos aspectos, a filosofia hegeliana sobre o Estado, cuja recepção, no final do século XIX, é digna de nota<sup>26</sup>. Ele apresentava, sem dúvida, o melhor quadro especulativo para reconciliar unidade e diferenças, hierarquia e progresso. Tal fato não impediu que a forma inicial do imperialismo canadense conhecesse um declínio deveras rápido por não ter conseguido impor a ideia de uma cogestão do Império. Porém, seria muito simplista concluir sobre o insucesso do Império, já que ele permanece o efeito da expressão mais coerente de uma identidade canadense fundada numa reconhecida predominância do componente britânico. É justamente tal expressão que, por muito tempo, refletiu, justificou e reforçou uma hierarquia nacional efetiva. É claro, não se poderia atribuir ao imperialismo mais de um século de pensamento político no Canadá inglês. É, entretanto, nesse âmbito simbólico que se inscreveram não somente o conservadorismo canadense, mas também o liberalismo majoritário e, até mesmo, as correntes populistas.

Observemos, agora, o momento imperial canadense a partir da perspectiva do Canadá francês. Aqui, o pensamento político tem como eixo principal a interpretação de um destino nacional. Na narrativa modernista, dominante desde os anos 1960, tal destino tem, precisamente, como desembocadouro a saída do âmbito hierárquico canadense, seja pela independência do Quebec seja por uma participação ativa na modernização do Canadá. Cada opção admite várias variantes e tem-se continuamente procurado definir soluções intermediárias. O modernismo não deve, no entanto, permitir que se perca de vista a importância do Canadá francês no momento imperial. Os referentes britânicos eram, sem dúvida, a substância do imperialismo canadense. Mas o edifício político federal sustentava-se também na possibilidade de neutralizar a força de negação contida na presença de uma nação minoritária ou mesmo na possibilidade de domesticar de alguma forma a sociedade franco-canadense, que oferecia, por sua vez, o contraste mais eloquente em relação aos Estados Unidos. Eis o que de fato residia no seu interesse para o Canadá inglês: bem enquadrada, a diferença do Canadá francês pode servir aos interesses do povo majoritário. Ao lado dos símbolos britânicos, o domínio integrará, portanto, a cor local através de adereços franco-canadenses e mesmo autóctones – estes últimos tendo a vantagem de serem ainda mais inofensivos<sup>27</sup>.

Ao longo do momento imperial, os mesmos desafios foram colocados tanto ao Canadá francês quanto ao Canadá inglês: a **fundação** política e cultural, o equilíbrio entre hierarquia e igualdade, a modernização como resposta à pressão americana. A situação do Canadá francês é, porém, muito mais delicada. Algumas observações impõem-se, inicialmente, ao período de antes de 1763, sobre o qual a narrativa revelar-se-á uma problemática importante. De fato, que sentido dar à Nova França? Ela constitui, sem dúvida, uma primeira fundação, ao mesmo tempo, política e cultural. Nesse aspecto, ela apresenta a imagem de uma coerência inicial que fora brutalmente interrompida. O pensamento conservador – nós pensamos notadamente em Lionel Groulx – dará a essa coerência uma substância bastante forte, francesa e católica e, por isso, estimava-se, duplamente portadora de universalidade. No entanto, a lembrança dessa totalidade coerente assombrará também os numerosos projetos de refundação nacional até hoje.

<sup>26</sup> Sobre o hegelianismo imperial canadense, ver Armour e Trott (1981). Sibley (2008), por sua vez, retoma o tema de maneira mais polêmica.

<sup>27</sup> Esta dinâmica de apropriação identitária já foi largamente analisada. Encontramos uma apresentação impactante em Dufour (1989, p. 51-58).

O pensamento liberal ou republicano não podia, porém, ter uma concepção inteiramente positiva dessa sociedade de Antigo Regime que era a Nova-França. Chegamos, neste ponto, ao segundo aspecto da interpretação do período inicial, a saber, o sentido atribuído à Conquista inglesa e ao que a ela se seguiu. O evento nubla, inicialmente, a relação entre o político e o cultural. Isso não impedirá o pensamento franco-canadense de propor diversos comentários favoráveis. Mesmo na opinião de futuros patriotas, há, inicialmente, a ideia de que a nova metrópole desenvolveu um quadro político mais justo, graças, notadamente, ao estabelecimento, em 1791, de um regime parlamentar<sup>28</sup>. A esse raciocínio, acrescenta-se também a tese que almeja que a Conquista tenha preservado a sociedade canadense de uma refundação radical espelhada nas revoluções americana e francesa. Eis por que o nacionalismo conservador atribuir-lhe-á, durante muito tempo, um estatuto providencial. A Conquista suscitará igualmente duas críticas principais. Segundo a primeira, as fundações políticas que se tornaram possíveis pela integração do Canadá ao Império Britânico permaneceriam a meio caminho entre o Antigo Regime e os princípios da política moderna. O insucesso dos patriotas, seguido pelo Ato de União e pela Confederação, levará muitos observadores a ver no regime conservador e hierárquico de 1867 a última consequência da Conquista<sup>29</sup>. A segunda crítica insiste nos efeitos negativos do corte entre o político e a cultura. Certamente, uma sociedade oriunda da Nova França sobreviveu. A partir de 1867, já fortemente minoritária, ela deve, porém, lutar no âmbito de uma realidade constitucional que a coloca constantemente na defensiva.

Detenhamo-nos, por um instante, nos diversos horizontes políticos que abre, ou fecha, a sequência dos regimes canadenses. Reconhecendo direitos culturais aos canadenses de língua francesa e de religião católica, o Ato do Quebec, de 1774, torna plausível a sobrevivência nacional sob a autoridade britânica. O Ato constitucional de 1791 faz do Alto e do Baixo Canadá duas colônias à parte. Essa primeira *separação* resulta da demanda dos anglófonos residentes onde hoje é a província de Ontário, que preferiram formar sua própria sociedade a serem minorias. A colônia-irmã, o Baixo Canadá, encontrou-se, logo, com uma reforçada maioria francesa. Entrever a possibilidade de uma autonomia gradual da nova entidade – e até uma eventual independência republicana inspirando-se do modelo de outras ex-colônias do continente – tornou-se, então, possível. É claro que haveria a problemática da sobrevivência de um Estado francófono vizinho ao gigante americano. Encontra-se a pista desse dilema no seio do pensamento do movimento Patriota<sup>30</sup>. O regime de União que dá sequência à derrota das Rebeliões Patriotas de 1837 e de 1838 visa encampar os objetivos definidos no relatório Durham: garantir o desenvolvimento dos princípios liberais no âmbito imperial – e não contra ele – e promover a assimilação do Canadá francês. Assim como outros liberais da época, Durham considera que a diversidade de línguas e de costumes provocam conflitos e retrações identitárias nefastos para a liberdade. Suas teses suscitarão uma tomada de consciência que, desde a publicação de *Histoire du Canada*, de François-Xavier Garneau, alimentará a vontade de afirmação nacional. A aliança entre liberais moderados do Baixo e do Alto Canadá possibilitará, aliás, aos francófonos readquirir certos direitos linguísticos. Uma nova perspectiva abre-se: aquela de uma dualidade fundadora do Canadá<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, o discurso de Papineau, “*France et Angleterre*” (1998, p. 42-45).

<sup>29</sup> Papineau desenvolve esta tese em sua obra “*Testament politique*” (1998, p. 574-611).

<sup>30</sup> A obra *Six lectures sur l'annexion du Canada aux États-Unis* (1851), de Dessaulles, continua a ser o eco mais explícito.

<sup>31</sup> Corbo e Lamonde (1999) apresentam uma seleção de textos de autores destacados – em especial, Étienne Parent e Louis-H. Lafontaine – do Regime de União. Para duas apreciações diferentes deste período, ver Kelly (1997) e Bédard (2009).

A Confederação muda este cenário uma vez mais. Vimos que ela lançou as bases hierárquicas sobre as quais florirá o Canadá. Sem dúvida, ela devolve aos francófonos uma entidade política na qual são majoritários. Porém, as províncias dispõem de uma autonomia limitada somente às questões locais e culturais, já que os poderes políticos efetivos ficavam concentrados no nível federal. A dupla dimensão – federal e imperial – do regime alimentará os debates sobre suas consequências<sup>32</sup>. Alguns atribuirão à essa ambivalência a evolução conservadora da sociedade quebequense, enquanto outros criticarão mormente a incapacidade dos franco-canadenses utilizarem plenamente as instituições das quais eles passaram a dispor. No entanto, o imaginário franco-canadense logo apropria-se do novo espaço político desenvolvendo a ideia de um país binacional que se estenderia do Atlântico ao Pacífico. Germinado no pensamento de George-Étienne Cartier, esse binacionalismo ampliado encontrou sua forma exitosa com Henri Bourassa. De fato, é somente no Quebec que a sociedade franco-canadense dispõe de uma verdadeira expressão política. Nas demais províncias, a identificação do político à cultura majoritária acarreta um **unilinguismo inglês** intransigentemente defendido. O binacionalismo de Bourassa definir-se-á, pois, sobretudo, por uma defesa moral da cultura franco-canadense e da religião católica. A ideia de um nacionalismo franco-canadense continental, que integraria a importante população franco-americana que se enraizara na Nova Inglaterra na virada do século XX será um novo avatar desse nacionalismo cultural despolitizado<sup>33</sup>.

Em razão de seu papel na definição da identidade nacional, o nacionalismo conservador do Canadá francês é, de várias maneiras, o equivalente do pensamento imperialista no Canadá inglês. A análise de suas causas e de seus efeitos figurará, por muito tempo, no seio do pensamento quebequense. Precisaremos, brevemente, alguns dos principais debates que persistem até hoje. Pode-se, inicialmente, interrogar-se sobre as consequências reais da hegemonia conservadora. Vários historiadores insistiram especialmente na manutenção da forte tradição liberal, sublinhando o quase esquecimento do ideal republicano e a marginalidade do socialismo<sup>34</sup>. Faz-se, pois, necessário opor o liberalismo ao conservadorismo? Na medida em que almejou, durante longo período, restringir a ação do Estado sobre a sociedade, o liberalismo deixava um grande espaço a outras instituições, como à Igreja, na gestão da educação e dos serviços sociais. Esse compartilhamento de tarefas – que se acrescentava aos efeitos do federalismo – acentuava os limites da iniciativa estatal na dimensão provincial. Como bem ilustra tanto o pensamento quanto a ação de sua figura central, Wilfrid Laurier, o liberalismo franco-canadense precisou redefinir-se em função do contexto imperial que marcou toda a época<sup>35</sup>. Eis, então, a nova problemática vital: era o nacionalismo conservador franco-canadense a expressão de uma sociedade fundamentalmente refratária aos ideais modernos? Os historiadores da Escola de Laval – Jean Hamelin, Fernand Ouellet, Marcel Trudel – tenderão a sustentar a tese culturalista de um atraso histórico das sociedades católicas enquanto os historiadores da Escola de Montreal – Michel Brunet, Guy Frégault, Maurice Séguin – enxergam o longo conservadorismo do Canadá francês como uma consequência da Conquista e uma reação ao espírito imperial do Canadá inglês. Outro debate decisivo repousa, desta vez, sobre as fronteiras da comunidade de referência. Seu aspecto mais conhecido é o esforço do abade Groulx para retomar sua centralidade no polo quebequense, o que permitiria

<sup>32</sup> Encontramos uma apresentação sintética dos debates em torno da Constituição de 1867 em *Débats sur la fondation du Canada*, dirigido por Ajzenstat e seus colaboradores (Ajzenstat *et al.*, 2004).

<sup>33</sup> *L'avenir du peuple canadien-français* (1968), de Nevers, reflete esta versão continental do nacionalismo cultural.

<sup>34</sup> Sobre a persistência de um radicalismo liberal, ver, notadamente, Lamonde (1995). Para uma análise da recusa do republicanismo no Canadá francês, ver a síntese de Chevrier (2012, p. 9-17 e p. 272-282).

<sup>35</sup> Esta evolução já estava clara em 1877 em *Le libéralisme politique* (1999), obra fundamental de Laurier.

recriar uma relação mais direta entre cultura e política. Através dos historiadores da Escola de Montreal, herdeiros de Groulx nessa perspectiva, o tema estará no centro da refundação quebequense do nacionalismo franco-canadense<sup>36</sup>.

Os anos 1950 oferecem as bases do projeto modernizador ou neonacionalista que dominará as décadas seguintes. De maneira geral, acusa-se o nacionalismo conservador de ter-se fixado em um idealismo messiânico voltado para o passado, já que, sendo um discurso compensatório sem força para mudar o real, ele serviria somente para legitimar o regime medíocre de Maurice Duplessis. Para o **neonacionalismo**, a ilusão deve ser atribuída ao binacionalismo de Bourassa e, até mesmo, à Confederação. Tratar-se-á, então, de irrealista a solução exaltada por Trudeau, que consiste em facilitar o processo de identificação dos quebequenses com o Canadá através, por um lado, da neutralização dos símbolos britânicos do Estado federal e, por outro lado, da instituição de um bilinguismo institucional pancanadense (TRUDEAU, 1967, p. 39). Tal ambição terá a marca de um idealismo incorrigível, que não leva em conta as lições que forneceu a história. Com efeito, para Trudeau (1962), seria mormente a crítica neonacionalista do passado que manteria velhas ilusões, sobretudo quando tal crítica toma a forma de um projeto de refundação política *separatista*. A independência, afirma ele, distrairia os progressistas e o conjunto do Quebec das tarefas mais importantes, apesar de manter a obsessão iliberal de uma adequação completa entre o Estado e uma nação cultural. Uma tendência simétrica desenvolve-se para denunciar, sobre o adversário, referências julgadas atrasadas: em um caso, o binacionalismo cultural de Bourassa, em outro, a ideia de uma relação substancial entre o Estado e a nação. Esse golpe cruzado abrirá caminho a uma espécie de chantagem no sentido da desvalorização do passado. O último debate de que devemos tratar concerne os paradoxos e o valor do modernismo quebequense, que se concretizará de fato somente trinta anos após a Revolução Tranquila; a relação ambivalente em relação à tradição e à memória explicitam-se, contudo, desde seu prelúdio crítico.

Nós definimos o momento imperial em função do papel preponderante do princípio hierárquico nas ordens política e simbólica canadenses. O contexto imperial permitia certo reconhecimento da pluralidade nacional e cultural ao mesmo tempo em que afirmava a superioridade do elemento britânico no mosaico identitário. Uma análise detalhada do pensamento político dos Canadás inglês e francês reestabeleceria, é claro, as nuances necessárias, sem, no entanto, parece-nos, colocar em xeque as linhas gerais que traçamos aqui. Seria necessário, também, considerar a influência do contexto imperial sobre as Primeiras Nações e sobre as comunidades oriundas da imigração. A maioria dos canadenses acreditava que seu destino seria a integração ou, até mesmo, a assimilação. Restaria estabelecer como tais grupos enxergavam sua inserção na hierarquia nacional. Seria necessário, enfim, compreender o efeito do princípio hierárquico sobre as demais relações sociais e identitárias. Atualmente, tende-se a negligenciar, por exemplo, o sentido moral que representavam, outrora, as distinções entre os notáveis e as classes populares. Até mesmo o sentido vivido do antigo compartilhamento dos papéis entre homens e mulheres é difícil de ser apreendido. Em relação a todas essas problemáticas, o Canadá permanecia próximo das demais sociedades ocidentais. Seria, porém, ilustrativo precisar as consequências do contexto imperial sobre as demais dimensões hierárquicas da vida social.

---

<sup>36</sup>Dumont (1993) buscará superar a tensão entre o antigo nacionalismo cultural e a virada progressista do nacionalismo iniciada pela Escola de Montreal, pois o conservadorismo canadense francês também é, de acordo com este autor, uma das condições históricas do moderno desejo de autonomia dos quebequenses.

## Democratizar o Império Canadense

As sociedades ocidentais viveram profundas mutações desde os anos 1950. Menciona-se, em geral, o aumento da perspectiva de vida, o progresso técnico em domínios tão diversos como as comunicações, a medicina ou a contracepção, a erosão das formas tradicionais de autoridade política, religiosa e social... tudo isso para o alavancar um novo individualismo. Deste modo, primeiramente, interessa-nos, aqui, pontuar a passagem de um imaginário ainda marcado por concepções hierárquicas do Todo a um imaginário segundo o qual os princípios modernos de autonomia e de igualdade tornam-se preponderantes. A mudança é observada no conjunto das relações sociais. As diferenças de classe parecem, inicialmente, cada vez menos aceitáveis, sendo consideradas uma herança obsoleta do velho mundo. Em seguida, elas parecem tornar-se menos visíveis, o que se dá, em parte, em razão do alargamento da classe média. A diferença identitária, entre grupos culturais, entre minorias e majorias, entre homens e mulheres, conforma-se, então, como o lugar por excelência em que se desenvolvem o desejo e o caminho para a igualdade. Aí está um dos pontos fulcrais que ajudam a compreender por que o pluralismo identitário tornou-se tão importante para o ideal democrático. De forma mais geral, o pensamento contemporâneo promove ou avalia, mais ou menos criticamente, a extensão dos princípios modernos evocados precedentemente sobre todos os aspectos da sociedade. Sem dúvida, aliás, que uma de suas tarefas mais delicadas é a de promover acordos entre indivíduos ou entre grupos constituídos na diversidade sobre as diferentes versões do princípio de igualdade.

Cada país vive tais transformações segundo uma singular equação nacional. Tanto no Canadá como na Europa, a Segunda Guerra Mundial e o término dos impérios coloniais contribuíram para descreditar o imaginário de existência de hierarquia entre nações assim como o princípio de organização social. O mosaico vertical perde, então, uma importante fração de sua legitimidade. A alteração do estatuto político, militar e econômico da Grã-Bretanha tem efeitos, aliás, no equilíbrio que fundava a antiga síntese entre o imperialismo e o liberalismo. Porém, é, sem dúvida, a contestação quebequense, a partir dos anos 1960, que mais contribui para abalar a velha ordem hierárquica.

Para compreender a transformação na equação política canadense, é preciso, portanto, distinguir seus diversos aspectos. O *Canada inglês* conhece uma evolução que lhe é própria, assim como o Quebec. Em cada sociedade, o longo debate entre conservadorismo e liberalismo acaba por privilegiar o segundo. Conjuntamente, observa-se a emergência de esquerdas progressistas, cuja presença era, até então, deveras marginal, à exceção de algumas províncias do Oeste. No entanto, esses itinerários distintos mesclar-se-ão e será justamente em razão da interação conflituosa entre esses grupos que a maior mudança na ordem canadense ocorrerá, em 1982. Como pudera ter sido o caso em um dado momento do século XIX, a pluralidade canadense parece, novamente, favorecer o espírito liberal. É necessário, porém, identificar três fases desse momento. Inicialmente, o período que vai de 1960 a 1980, marcado pela contestação ativa da ordem federal através das reivindicações quebequenses. Em seguida, adveio a fase dominada pela reforma constitucional de 1982 e pelos esforços ulteriores para emendá-la e completá-la. O malogro de tais esforços aparecerá com o referendo quebequense de 1995, um evento enigmático que nada decidiu, mas que, certamente, marcou o término de um ciclo. Desde então, com efeito, a dialética entre as duas sociedades parece ter-se esgotado, o que deu espaço para uma virada conservadora, cujos efeitos ainda são difíceis de avaliar.

A essas fases políticas correspondem momentos sucessivos de reflexão teórica, mesmo que seu desenvolvimento também tenha tido outras influências. Dois aspectos dominam o primeiro período. Por um lado, havia a influência liberal e progressista, inclusive no que diz respeito à definição das identidades nacionais, domínio que permanecera, durante longo tempo, sob as asas do pensamento conservador. Por outro lado, uma crítica mais radical à ordem estabelecida, inspirada pelo marxismo e pelas teses acerca da descolonização fazia-se igualmente presente. Em seguida, o debate central toma a forma de um diálogo entre as teorias liberais da justiça e as suas críticas comunitárias ou pluralistas. Sob muitas formas, assistiu-se à formalização, por parte dos filósofos, do que já estava no seio das problemáticas políticas e históricas canadenses. Da mesma forma como a França foi, por muito tempo, o país de referência para uma reflexão acerca da luta de classes, pode-se considerar o Canadá como o país de referência para o diálogo entre liberais e comunitaristas. Esse debate culmina com novas sínteses e, especificamente, com a formulação de um liberalismo mais aberto aos direitos das minorias. O pluralismo identitário torna-se, aliás, a partir dos anos 1990, um aspecto central das análises conservadoras, republicanas ou democratas radicais de uma ordem liberal globalizada.

Analisemos mais minuciosamente os diversos elementos da equação nacional começando, ainda uma vez, pelo Canadá inglês. Uma vez dissipadas as ilusões do pós-guerra que viam a *Commonwealth* como herdeira do poder britânico, a hegemonia americana impôs-se como o fato primordial da nova ordem internacional. As lições da crise de 1929 e da Segunda Guerra acarretam a revisão das opiniões geralmente aceitas concernente ao papel limitado do Estado. Em razão da influência que a guerra permitiu-lhe ter, o governo federal pôde, então, desfrutar de um papel mais expressivo. O liberalismo canadense adaptou-se mais facilmente a essa nova situação do que as forças conservadoras, já que elaborava, aliás, a reformulação de sua própria herança imperialista. A participação no Império permitia ao Canadá ir além de sua particularidade. Com objetivos em parte diferentes, o idealismo internacionalista de Lester B. Pearson (1957) terá um papel similar. Entre o antigo imperialismo britânico descaracterizado e o novo imperialismo americano, considerado brutal e maniqueísta, o Canadá almeja representar a imagem de um idealismo moral anglo-saxão que esteja afastado do fardo de uma política de potência. Uma peça central entra, então, em cena: trata-se de uma nova identificação ao universal. Tendo chegado ao poder, Trudeau completará o liberalismo de Pearson com a ideia de que o Canadá pode tornar-se um modelo de sociedade justa, que faz, melhor do que qualquer outro país, jus à diferença das culturas e das identidades.

É preciso, portanto, conceber o liberalismo canadense dos anos 1960 e 1970 como um herdeiro do anseio de ser exemplar e inspirador, o que foi cultivado pela tradição imperialista canadense. Evidentemente, não é com esse mesmo olhar que os adversários conservadores – dentre eles seu maior expoente, George Grant – julgam o imperialismo no Canadá. Publicado em 1965, *Lament for a Nation* representa um importante indicador do papel identitário que possuiu o imperialismo no Canadá inglês. Mas o fato nacional, para Grant (1987), encontra-se ameaçado por um novo império, o dos Estados Unidos, vetor de uma uniformização liberal e técnica do mundo. Aos seus olhos, os liberais canadenses não são senão uma etapa de difusão dessa cultura nociva a todas as culturas. Se a retermos hoje, a análise choca por seu misto de lucidez ácida e ilusão. Se Grant assinala ferozmente os vetores de unificação do mundo, ele não vê, porém, que o liberalismo canadense será empregado de forma a valorizar o papel específico do Canadá na ordem futura. Ele impede, então, a compreensão da dimensão nacionalista – de um nacionalismo que aspira a ser a ex-

pressão de um universal, caso de todos os nacionalismos modernos – e mesmo da veia antiamericana que a renovação da tradição liberal empreendida por Pearson e Trudeau continha embrionariamente. Grant não enxerga tampouco que o liberalismo tornar-se-ia o laboratório de uma nova identidade canadense. Nesse sentido, é preciso ponderar, porém, que o conservador não teria como prever que sua própria reflexão teria influência na busca por um novo canadianismo, inclusive nos grupos da esquerda intelectual e política<sup>37</sup>. Muito mais que no Canadá inglês, a contestação da antiga ordem será marcada, no Quebec, por um desejo de ruptura com o passado<sup>38</sup>. Sobre isso, já sublinhamos a função que tiveram as matrizes liberal-federalista e neonacionalista do modernismo quebequense. Sua luta constituirá o eixo da vida política e intelectual durante, pelo menos, três décadas. De certo sentido, ambas as correntes podem reivindicar a vitória. O federalismo liberal de Trudeau, institucionalizado em 1982, contribuiu para renovar a identidade do Canadá inglês e permaneceu como lei canadense até hoje. Já o neonacionalismo, no entanto, ganhou a batalha pela redefinição da identidade no Quebec, que se tornou quebequense, no lugar da franco-canadense ou, até mesmo, canadense. Um duplo resultado que mantém, evidentemente, uma tensão fundamental.

Voltemos, porém, aos anos 1960. A profusão ideológica desse período é oriunda, sobretudo, do neonacionalismo, que adquire três formas principais<sup>39</sup>. A contribuição das teorias sobre a descolonização – notadamente dos trabalhos de Albert Memmi (1961) e de Franz Fanon (1961) – permite situar claramente à esquerda o discurso sobre a nação, respondendo, assim, ao argumento liberal que associava o nacionalismo e a uma regressão conservadora. Pierre Vallières, Charles Gagnon, Hubert Aquin, autores da revista *Parti pris*, e outros ainda, introduzem, paulatinamente, uma dimensão social e marxista na análise da situação quebequense. Uma forma de hegelianismo crítico que insiste na negatividade ou na dialética do senhor e do escravo é, pois, desenvolvida com vistas a sublinhar a necessidade de uma emancipação radical. Tal abordagem da teoria hegeliana contrasta fortemente com o hegelianismo como pensamento da totalização, presente no Canadá inglês durante o momento imperial. O neonacionalismo adotará também a forma mais moderada de um discurso modernizador. Enfim, ele terá a forma de uma renovação cultural ou contracultural, visando à refundação da identidade franco-canadense e, até mesmo, segundo os termos da época, à criação de um novo homem, o Homem quebequense. A importância do momento contracultural na particularidade da refundação identitária do Quebec moderno é, hoje, subestimada.

*O Cansaço Cultural do Canadá Francês* (1962) é, talvez, a obra que melhor ilustra a lucidez crítica, a abertura ao futuro e os paradoxos do pensamento quebequense dos anos 1960. Aquin almeja, inicialmente, forjar uma resposta ao liberalismo de Trudeau, que seria uma fuga em direção ao universalismo abstrato. Afirma o autor que o Canadá francês teve a tentação de anular-se ao identificar-se a realidades mais gloriosas do que seu provincialismo medíocre: à Igreja universal, à cultura francesa, ao governo federal. Afirma, em seguida, o autor que já está na hora de ele encontrar-se nele mesmo, de encontrar o *caminho para a imanência*. Poderemos ver no projeto independentista a forma política desse projeto de reconquista da adequação a si mesmo. Porém, a descolonização da cultura através da crítica dos modelos franceses é

<sup>37</sup> Laxer poderá escrever o seguinte: “*Lament for a Nation is the most important book I ever read in my life. Here was a crazy old philosopher of religion at McMaster and he woke up half our generation. He was saying Canada was dead, and, by saying it, he was creating the country*” (Apud. Grant, 1998, p. 10).

<sup>38</sup> O imaginário da ruptura encontrara uma significativa representação através de *Refus global*, de Borduas, de 1948. É interessante comparar a simbólica automatista com a austera manifestação do mito nórdico presente nos pintores do Grupo dos Sete, que exerce uma centralidade artística equivalente no Canadá Inglês.

<sup>39</sup> Para uma versão detalhada desta análise, ver Couture (1994, p. 88-110).

outra coisa<sup>40</sup>. E a emancipação do indivíduo de todo ideal transcendente e de toda instituição também não seria outra coisa? Desejando, certamente, dar conta de uma situação global, Aquin propõe uma das análises mais precisas da complexa dialética entre as duas sociedades canadenses. A busca de adequação a si mesmo que desvela e promove a reflexão poderia, porém, ter sido profética de um individualismo contemporâneo sobre o qual se poderia, até mesmo, afirmar seu potencial de despolitização.

O Canadá inglês começou a desenvolver-se com o advento da contestação quebequense sobre a hierarquia imperial canadense. As trajetórias paralelas das duas sociedades parecem, então, destinadas a um choque frontal. Em um primeiro momento, de 1960 a 1968, a situação permanece fluida. Frente ao desafio quebequense, o resto do Canadá não sabe como reagir. A elite parece disposta a um reconhecimento mais explícito da dualidade. Mesmo Grant (1987) ponderou que, nesse reconhecimento, havia uma chance de o Canadá inglês reconhecer sua própria tradição ao invés de sacrificá-la sob o auspício de um liberalismo já inexistente<sup>41</sup>. Criada pelo governo Pearson, a comissão Laurendeau-Dunton sobre o bilinguismo e o biculturalismo ilustra essa oscilação. As conclusões do relatório traçam o caminho para uma democratização binacional das instituições e da vida canadenses. No entanto, elas sofrem fortes resistências. Vários desejam manter a predominância britânica do que permanece sendo um *British country*. Já outros ponderam que a noção de “biculturalismo” supõe muita identificação entre a política e as culturas majoritárias, o que coloca a neutralidade do Estado em risco. Trata-se de uma preocupação frequentemente sincera, mas que reflete igualmente a dificuldade das majorias de anuir que elas mesmas impõem sua marca cultural e linguística sobre as instituições e a vida políticas. Sublinhemos, enfim, a crítica ao biculturalismo feita pelas comunidades imigrantes, que não se reconhecem em um Canadá definido por suas origens britânicas e francesas. Pensada como ferramenta de diálogo entre os dois Canadás, a comissão Laurendeau-Dunton tornou-se, portanto, eloquente reveladora do fato multicultural.

A ascensão de Pierre Elliott Trudeau ao cargo mais alto do país muda a equação. Ele incorpora, para uns, a evolução do liberalismo canadense; para outros, as esperanças do Canadá francês; para outros, ainda, a promessa de uma sólida oposição aos nacionalistas quebequenses. Essas expectativas, por vezes até mesmo antagônicas, revelam os diversos ápices de sua reflexão. Desde a época em que codirigia *Cité libre*, Trudeau articulava certos argumentos clássicos do individualismo liberal; as teses de Lord Acton sobre a vantagem dos impérios plurinacionais para garantir a liberdade; alguns traços do binacionalismo de Henri Bourassa; um humanismo moral marcado pelo personalismo francês; e, finalmente, uma crítica à economia de mercado, herdeira de Harold Laski<sup>42</sup>. Sua pertinaz desconfiança em relação ao nacionalismo, ou ainda, a vontade inicial de seu governo de tratar a questão indígena a partir de uma séria defesa da igualdade dos direitos individuais parecem indicar que o polo dominante do pensamento e da ação de Trudeau foi o individualismo liberal. A evolução do país e o conjunto das lutas pelo reconhecimento – às quais o combate quebequense acrescenta legitimidade – teriam feito dele, porém, o símbolo de um liberalismo aberto ao pluralismo identitário. É a partir desses raciocínios que sua principal obra, a carta dos direitos de 1982,

<sup>40</sup> Sobre a descolonização cultural em relação à França, ver Couture (1991).

<sup>41</sup> Grant abordará esta mesma ideia após 1976. Ver Grant (1998, p. 127).

<sup>42</sup> Sobre o uso do pensamento de Lord Acton por Trudeau, ver Kelly (2001, p. 198-202). O autor demonstra como Trudeau vai da exaltação dos impérios multinacionais àquela dos Estados multinacionais (mesmo que isso signifique alterar as citações de Acton). Ele estima que Trudeau irá se afastar, em seguida, deste pluralismo renovado em benefício de um liberalismo mais clássico. No entanto, este ponto não é tão claro se consideramos as suas defesas tardias da carta. Sobre as influências do personalismo em Trudeau, ver Burelle (2005).

geralmente é interpretada. Favoráveis ou não, muitos concebem-na como a pedra fundamental da nova identidade canadense, definida pelo multiculturalismo, pelo bilinguismo oficial, pelo reconhecimento das nações autóctones e pela proteção dos direitos de todas as minorias. Pode-se, portanto, ver em Trudeau aquele que, voluntariamente ou não, democratizou o pluralismo imperial canadense.

As negociações e a reforma constitucionais de 1982 parecem, entretanto, ter marginalizado a particularidade quebequense. Principal vetor do questionamento da velha ordem hierárquica nacional, o Quebec não se encontrava privado do sentido de seu combate no momento decisivo? A sequência mostraria, novamente, a dificuldade de conciliar unidade, dualidade e pluralidade. O acordo de Lago Meech, de 1987, tenta reequilibrar a Constituição através da concessão de maior reconhecimento do papel do Quebec na dualidade canadense. As resistências que tal acordo encontrou, porém – e seu insucesso final – ratificaram a amplitude do desafio. Uma recusa latente e forte revela-se enraizada na preferência do Canadá inglês por uma concepção unitária do país. Além disso, as Primeiras Nações assim como outras minorias também são refratárias à insistência sobre a dualidade que parece excluí-las. O acordo de Charlottetown, de 1992, tenta dar conta de todos os pontos de vista elencados, mas ele será rejeitado por um referendo na maioria das províncias, dentre as quais, o Quebec<sup>43</sup>.

De 1982 até o referendo quebequense de 1995, o Canadá oferece o raro espetáculo de um país em que a atenção política está quase inteiramente centrada em um debate constitucional que visa à conciliação, com base em um horizonte de igualdade, das diferenças identitárias e intelectuais consolidadas historicamente. Reflexo do choque de pensamentos e de projetos políticos distintos, essa crise institucional dará margem para muitas reflexões. Nós terminaremos por uma breve exposição das principais problemáticas que ilustram, novamente, a tensão entre unidade e diversidade.

Uma primeira discussão trata sobre o sentido da reforma de 1982. Os defensores da Carta veem nela o advento de um Canadá mais liberal e pluralista. Trudeau (1997) apresenta igualmente o reconhecimento dos direitos das minorias francófonas residentes no exterior do Quebec como resposta às demandas históricas do Canadá francês. No Quebec, os adversários da nova Constituição denunciam um recuo das prerrogativas da Assembleia Nacional Quebequense e do poder coletivo dos quebequenses, imposto sem o consentimento expresso do povo. Dentre o conjunto de análises feitas sobre esse assunto, sublinhemos o ponto de vista soberanista de Claude Morin (1988) e aquele de Guy Laforest (1992), que defendiam uma federação descentralizada. Após o malogro do acordo de Charlottetown, os críticos à orientação e aos riscos da reforma de 1982 multiplicam-se também no Canadá inglês. Mencionemos as contribuições substanciais de Jeremy Webber (1994) e de Kenneth McRoberts (1999), para os quais a empreitada constitucional de Trudeau e os apoios que ela recebeu supõem um mal-entendido fundamental sobre a natureza do Canadá. Sublinhemos igualmente as análises de James Tully (1999) acerca das condições e das formas possíveis do constitucionalismo em uma época pluralista.

A interpretação da crise canadense oferece também a oportunidade de um aprofundamento dos debates entre as principais correntes do pensamento político contemporâneo. Dentre o conjunto das con-

---

<sup>43</sup> O referendo de outubro de 1992 sobre a aprovação do Acordo de Charlottetown obteve os seguintes resultados nas províncias canadenses: Alberta, 39,8%; Colúmbia Britânica, 31,7%; Ilha do Príncipe Eduardo, 73,9%; Manitoba, 38,4%; Nova Escócia, 48,8%; Novo Brunswick, 61,8%; Ontário, 50,1%; Quebec, 43,3%; Saskatchewan, 44,7%; Terra Nova e Labrador, 63,2%; Territórios do Noroeste, 61,3%; Yukon: 43,7%. Total canadense, 45,7%.

tribuições que mereceriam ser mencionadas, cumpre falar, inicialmente, da obra de Charles Taylor. Por vezes, considerar-se-á como a defesa mais importante do reconhecimento do Quebec e das Primeiras Nações prevista nos acordos de Meech ou Charlottetown. Ancorado nas análises de Hegel (1991), o conceito de “reconhecimento” é suscetível a diversas leituras. Pode-se ver nele seja uma proposta que acentue o conflito ou sua resolução seja uma noção mormente cultural ou sócio-econômica. Taylor atribui-lhe um sentido fortemente integrador e culturalista (1992, p. 179-214)<sup>44</sup>. Ele contribui, assim, a renovar, a partir de uma perspectiva democrática, o pluralismo imperial canadense, que tendia, já, a enxergar o reconhecimento do minoritário em função de seus interesses e do valor moral do todo. Lembremos, também, do esforço exemplar e influente de Will Kymlicka no sentido da inserção, na teoria liberal da justiça, de uma melhor valorização dos direitos coletivos das minorias e, notadamente, das minorias nacionais<sup>45</sup>. Na parte francófona, assinalemos as proposições de Michel Seymour (2009) e de Gérard Bouchard (2012) para redefinir o nacionalismo quebequense em termos compatíveis com a ética pluralista contemporânea. Mencionemos, enfim, o trabalho integrador de Alain-G. Gagnon (2008, 2011) no momento da emergência de novas perspectivas sobre os Estados multinacionais.

A crise canadense suscita, aliás, análises de cunho muito diferente. Os autores associados à escola de Calgary, por exemplo, rejeitam os termos de um debate que consideram muito centrado nas demandas quebequenses<sup>46</sup>. Suas críticas incisivas parecem, porém, lançar mão de vários argumentos distintos. Primeiramente, de uma visão liberal clássica, que julga nefasto o reconhecimento de direitos coletivos, tanto para o Quebec quanto para as Primeiras Nações<sup>47</sup>. Aprofunda-se também a crítica ao imperialismo do Canadá do centro, do qual um dos símbolos seria a imposição de uma noção dualista do país, que menosprezaria a especificidade do Oeste canadense<sup>48</sup>. Lamenta-se, aliás, que o Canadá contemporâneo tenha buscado aumentar sua unidade pela distribuição das riquezas – sistema, segundo o qual o Quebec lucraria às custas da província de Alberta – o que mostraria um distanciamento do respeito pragmático das diferenças que teria sido a marca do antigo pluralismo imperial (BERCUSON, COOPER, 1994). Apesar da aparente liquidação populista do velho fundo *tory* do Partido conservador, nos anos 1990, notemos a recente retomada dos temas tradicionais concernentes à monarquia e ao orgulho militar. Independente de qual seja o argumento privilegiado, o leitor tem, por vezes, a impressão de assistir o retorno de um ufanismo reprimido mesmo após ter observado o Quebec imprimir a sua marca em todos os aspectos da modernização canadense nos últimos trinta anos. No entanto, mesmo excluindo-se os excedentes, o peso econômico, demográfico e político crescente do Oeste contribuirão para incrustar tais argumentos no debate nacional.

---

<sup>44</sup> Esta leitura culturalista colore, por exemplo, a sua análise das atitudes do Quebec e do Canadá Inglês em relação aos direitos individuais e coletivos. Ao identificar cada sociedade às tendências que a dominam, ele tende a mascarar a sua respectiva complexidade neste tema. Além disso, ele interpreta a diferença observada como sendo o resultado de uma diferença cultural e nem tanto um equilíbrio de poder.

<sup>45</sup> Em função de sua identificação a uma referência absoluta e unificada a partir da qual será determinado, de maneira clara e definitiva, se é preciso acordar ou não direitos a este ou aquele grupo, o teórico da justiça, como o concebe Kymlicka, conserva, ainda assim, uma forte dimensão *monárquica*. Sobre esta questão, ver, em especial, as análises críticas de Blattberg (2004, p. 53, nota 7).

<sup>46</sup> Bercuson e Cooper (1991) se alinham à esta crítica, defendendo que o Canadá se beneficiaria da independência do Quebec.

<sup>47</sup> Claramente, a crítica liberal aos direitos coletivos não foi formulada apenas pelos autores da Escola de Calgary, é possível encontrá-la de maneira significativa no pensamento de Ajzenstat (2003). Para um exemplo da análise liberal clássica da questão indígena, ver Flanagan (2000).

<sup>48</sup> Para compreender a importância da crítica ao imaginário legalista *ontariano* na elaboração de uma identidade própria ao Oeste Canadense, o texto mais explícito continua a ser *Western Political Consciousness* (1984), de Cooper.

A evolução do Canadá não ocorreu sem ter tido importantes efeitos no Quebec, dentre os quais, um dos mais claros é a influência do espírito da Carta e do multiculturalismo. No entanto, é muito simples ver no *trudeauísmo*, como insinua-se, às vezes, a principal fonte do desafio pluralista contemporâneo. Pelas disposições da lei 101<sup>49</sup> sobre a educação, o Quebec francês decidiu realizar ele mesmo a integração dos imigrantes e, com isso, a colocar um fim à forte homogeneidade cultural que marca a província. A verdadeira problemática concerne, neste caso, o ritmo e as consequências da inexorável pluralização identitária da maioria francófona. Critica-se o multiculturalismo canadense por marginalizar a particularidade quebequense e sugerir uma justaposição imutável das culturas, donde a emergência do conceito de **interculturalismo**, que melhor denotaria a dupla transformação, da maioria, mas também das minorias, em que todo processo de integração implica. O termo também afirmaria mais claramente a legitimidade do desejo majoritário de manter a continuidade de um sujeito histórico de língua francesa, moldado por mais de quatro séculos de vida norte americana.

### Considerações finais

Além das divergências dos conceitos, os desafios do pluralismo identitário redefinem os marcadores políticos da Revolução tranquila. Como no exterior, a esquerda, no Quebec, por muito tempo articulou seus combates associando-os a figuras fortes da unidade: o povo soberano, a classe revolucionária, o Estado-nação a ser construído, a História como emancipação humana. A pluralização do discurso adquire várias formas: um progressismo multicultural que se sustenta nas versões revisadas e corrigidas das teorias liberais da justiça; uma esquerda nietzschiana ávida pela desconstrução do que ela vê como os avatares das antigas figuras do um; novas noções agonísticas da democracia. Essas importantes diferenças existem nessas várias tendências de pensamento, notadamente no que diz respeito ao estatuto do direito e do papel que ele pode ter no advento de uma sociedade plural. Porém, uma dupla convergência prática instaura-se. Inicialmente, a promoção da sociedade civil – espaço da liberdade individual –, do múltiplo, do que está em movimento e da imanência. Uma forte desconfiança da ideia de Estado ou de instituição, por vezes, acompanha esse primeiro princípio. A isto é acrescida a suspeição que a defesa das figuras modernas do Um – ou mesmo a falta de zelo em criticá-los – advém, então, do conservadorismo<sup>50</sup>.

É preciso, entretanto, sublinhar os paradoxos do pluralismo quebequense contemporâneo. Por sua postura progressista, ele inscreve-se, apesar de tudo, na continuidade dos ideais dos anos 1960 e 1970, acompanhando, assim, em novos terrenos, a crítica às hierarquias herdadas do passado. Em graus variáveis, ele distancia-se, porém, da inquietação da emancipação de um sujeito nacional e do Estado quebequense como meio dessa libertação. Assim, ocorre uma reconciliação tranquila com a ordem canadense. Ora, por sua defesa identitária, o Canadá não está em melhor consonância com o presente do que um discurso soberanista ainda embebido de ambições unitárias modernas? A problemática da fundação política ou mesmo da fundação cultural parece, desde então, desaparecer, assim como ocorre com o individualismo liberal.

<sup>49</sup> A lei 101 é a apelação popular da Carta da Língua Francesa, documento aprovado pela Assembleia Nacional do Quebec em 1977, que estabelece o francês como a única língua oficial do Quebec, assim como os direitos linguísticos dos cidadãos do Quebec [N. do T.]

<sup>50</sup> É assim que um pensador de esquerda como Fernand Dumont possa ter se tornado uma referência conservadora. O mesmo vale para pensadores da memória nacional, como Jacques Beauchemin e Joseph Yvon Thériault, ambos social democratas. Tratam-se de redefinições que atestam a atual centralidade do pluralismo identitário.

Não se reflete mais, aliás, sobre os contextos constitutivos das culturas que o pluralismo visa, no entanto, reconhecer. Uma outra reconciliação tranquila ocorre com certos aspectos da nova ordem internacional. Aqui, não nos referimos às empreitadas imperiais do Estado americano, que são demonstrações explícitas de sua potência, mas à ideia de sedução que uma sociedade civil globalizada desperta. É mister, porém, perguntar-se se essa sociedade não é somente o dejetivo de interesses materiais e culturais dominantes ou, ainda, se sua condição de possibilidade não é precisamente o poder americano tão seguidamente desprezado. O pluralismo contemporâneo entretém, enfim, uma relação paradoxal com a história. Sua lógica deveria, com efeito, conduzi-lo em direção a uma dissolução do grande discurso progressista da emancipação humana. Mas essa projeção unificadora não é tão ilusória ou nefasta quanto as noções modernas do *Sujeito*, do *Estado* ou da *Nação*?

É, portanto, tentador concluir: *Quebequenses, é preciso ainda mais um esforço se vocês desejam realmente serem pluralistas*. Porém, os paradoxos do pluralismo contemporâneo merecem mais do que uma tirada espirituosa. Eles ilustram os dilemas das democracias tardias. A democracia moderna conheceu um momento fortemente unitário, em sua nascença. O Estado-nação pós-revolucionário consegue transferir ao real a unidade simbólica das velhas monarquias. O Um democrático inicial deve ser compreendido, pelo menos em parte, levando-se em conta as formas teológico-políticas anteriores. A tarefa do momento pluralista de defesa da democracia parece, então, delineada: é preciso desfazer essas heranças tenazes. Mas seria ingênuo concluir que a ambição pluralista será o ápice de toda a forma de unidade. Certamente, aí está, aliás, uma das ilusões de um certo **construtivismo** que leva a crer que o essencial está no discurso. Bastaria tomar consciência da possibilidade de opressão do Um para, por exemplo, acreditar, em seguida, que sua abolição é possível. Se o real resiste, imputar-se-á o erro a interesses de má-fé ou ao “conservadorismo”. No entanto, os conflitos do Um e do múltiplo nunca tiveram outro efeito que não a mudança da forma de cada polo e a reconfiguração de sua articulação. O pluralismo contemporâneo supõe formas de unidade como, por exemplo, a ideia de unidade moral da humanidade. E ele contribui ao advento de novas figuras da unidade, em razão, por exemplo, pelo fato, em parte real, em parte idealizada, de uma sociedade mundial.

A reflexão sobre a democracia deve, conseqüentemente, permanecer dialética, sem pensar em uma hipotética síntese final. Nesse sentido, a postura que consiste em favorecer cegamente o plural sem observar que novas figuras do Um lhe estão necessariamente atreladas permanece aquém de um pensamento verdadeiramente reflexivo. Por razões que nos empenhamos a evidenciar, o pensamento político, tanto no Quebec quanto no Canadá inglês, desenvolveu-se amplamente no terreno das difíceis articulações entre unidade, dualidade e múltiplo. Seria uma pena que essa fecundidade esvaia-se na ingenuidade ou nos anátemas moralizadores.

## Referências

AJZENSTAT, J. **The Once and Future Canadian Democracy**. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University Press: 2003.

AJZENSTAT, J.; ROMNEY, P.; GENTLES, I.; GAIRDNER, W. (Orgs.). **Débats sur la fondation du Canada**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2004.

AJZENSTAT, J.; SMITH, P.J. (Orgs.). **Canada's Origin: Liberal, Tory or Republican**. Ottawa, Carleton University

Press, 1995.

AQUIN, H. La fatigue culturelle du Canada français. *Liberté*, v. 4, n. 23, 1962, p. 299-325.

ARMOUR, L.; TROTT, E. **The Faces of Reason: An Essay on Philosophy and Culture in English Canada 1850-1950**. Waterloo: Wilfrid Laurier Press, 1981.

BEDARD, É. **Les Réformistes: une génération canadienne au milieu du XIXe siècle**, Montreal : Boréal, 2009.

BEINER, R. ; NORMAN, W. (Orgs.). **Canadian Political Philosophy**. Don Mills: Oxford University Press, 2001.

BERCUSON, D.; COOPER, B. **Goodbye... et bonne chance: les adieux du Canada anglais au Québec**. Montreal: Le Jour, 1991.

\_\_\_\_\_. **Derailed: The Betrayal of the National Dream**. Toronto: Key Porter Books, 1994.

BERGER, C. **Imperialism and Nationalism, 1884-1914: A Conflict in Canadian Thought**. Toronto: Copp Clark, 1969.

\_\_\_\_\_. **The Sense of Power: Studies in the Ideas of Canadian Imperialism**. Toronto: University of Toronto Press, 1970.

\_\_\_\_\_. **The Writing of Canadian History**. Toronto: Oxford University Press, 1976

BLATTBERG, C. **Et si nous dansions? Pour une politique du bien commun au Canada**. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2004.

BORDUAS, P.-É. **Le refus global**. Saint-Hilaire: Mythra-Mythe, 1948.

BOUCHARD, G. **Genèse des nations et cultures du Nouveau Monde: Essai d'histoire comparée**. Montreal: Boréal, 2000.

\_\_\_\_\_. **L'interculturalisme: un point de vue québécois**. Montreal: Boréal, 2012

BROOKS, S. (Org.). **Political Thought in Canada: Contemporary Perspectives**. Toronto: Irwin Publishing, 1984

BRUNET, M. **Québec, Canada anglais, Deux itinéraires un affrontement**. Montreal: HMH, 1968

BURELLE, A. **Pierre Elliott Trudeau: l'intellectuel et le politique**. Montreal: Fides, 2005.

CHEVRIER, M. Par-delà le fédéralisme multinational, l'Empire. In: SEYMOUR, M.; LAFOREST, G. (Org.). **Le fédéralisme multinational: un modèle viable?** Bruxelles: Peter Lang, 2011, p. 73-95.

\_\_\_\_\_. **La république québécoise: hommages à une idée suspecte**. Montreal: Boréal, 2012.

COOPER, B. Western political consciousness. In: BROOKS, S. (Org.). **Political Thought in Canada**. Toronto: Irving Publishing, 1984.

CORBO, C.; LAMONDE, Y. **Le rouge et le bleu: une anthologie de la pensée politique au Québec de la Conquête à la Révolution tranquille**. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1999.

COUTURE, Y. L'identité québécoise et la France, *Cité libre*, v. 19, n. 3, 1991, p. 7-12.

\_\_\_\_\_. **La terre promise: l'absolu politique dans le nationalisme québécois**. Montreal: Liber, 1994.

\_\_\_\_\_. Servir l'Empire?, *Argument*, v. 9, n. 2, 2007, p. 55-66.

CREIGHTON, D. **The Empire of the St. Lawrence**. Toronto: MacMillan, 1937.

\_\_\_\_\_. **John A. Macdonald**. Montreal: Éditions de l'Homme, 1981.

DESSAULLES, L.-A. **Six lectures sur l'annexion du Canada aux États-Unis**. Montreal: Gendron, 1851.

DI NORCIA, V. The Empire structures of the Canadian State. In: FRENCH, S. (Org.). **La confédération canadienne: qu'en pensent les philosophes?** Montreal: Association canadienne de philosophie, 1979.

- DUFOUR, C. **Le défi québécois**. Montreal: L'Hexagone, 1989.
- DUMONT, F. **Genèse de la société québécoise**. Montreal: Boréal, 1993.
- DUMONT, F. ; HAMELIN, J.; HARVEY, F.; MONTMINY, J.-P. (Orgs.). **Idéologies au Canada français: 1900-1929**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 1974.
- DUMONT, F. ; HAMELIN, J.; MONTIGNY, J.-P. (Orgs.). **Idéologies au Canada français: 1930-1939**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Idéologies au Canada français: 1940-1976**. Tome I – La presse – La littérature. Quebec: Presses de l'Université Laval, 1981a.
- \_\_\_\_\_. **Idéologies au Canada français: 1940-1976**. Tome II – Les mouvements sociaux – Les syndicats. Quebec: Presses de l'Université Laval, 1981b.
- \_\_\_\_\_. **Idéologies au Canada français: 1940-1976**. Tome III – Les partis politiques – L'Église. Quebec: Presses de l'Université Laval, 1981c.
- \_\_\_\_\_. **Idéologies au Canada français: 1850-1900**, Quebec: Presses de l'Université Laval, 1971.
- DURHAM, J.G.L. **Le rapport Durham**. Montreal: L'Hexagone, 1990.
- FANON, F. **Les damnés de la terre**. Paris: Maspéro, 1961.
- FIERLBECK, K. **The Development of Political Thought in Canada: An Anthology**. Peterborough: Broadview Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Political Thought in Canada: An Intellectual History**. Peterborough: Broadview Press, 2006.
- FLANAGAN, T. **First Nations? Second Thoughts**. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 2000.
- FORBES, D.H. (Org.). **Canadian Political Thought**. Toronto: Oxford University Press, 1985.
- FRANCIS, D. **National Dreams: Myth, Memory and Canadian History**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 1997.
- GAGNON, A.-G. **La raison du plus fort: plaidoyer pour le fédéralisme multinational**. Montreal: Québec Amérique, 2008.
- \_\_\_\_\_. **L'âge des incertitudes: essais sur le fédéralisme et la diversité nationale**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2011.
- GARNEAU, F.-X. **Histoire du Canada depuis sa découverte jusqu'à nos jours**. 4 vol. Montreal: Beauchemin-Valois, 1882-1883
- GLAZEBROOK, G. **A History of Canadian Political Thought**. Toronto: McClelland and Stewart, 1966.
- GRANT, G. **Est-ce la fin du Canada?** Lamentation sur l'échec du nationalisme canadien. LaSalle: Hurtubise, 1987.
- GRANT, G.; CHRISTIAN, W.; GRANT, S. (Orgs.). **The George Grant Reader**. Toronto: University of Toronto Press, 1998.
- HEGEL, G. **Les principes de la philosophie du droit**. Paris: Presses universitaires de France, 1998.
- HOROWITZ, G. Conservatism, liberalism and socialism in Canada: An interpretation, **Revue canadienne de science politique**, v. 32, n. 2, p. 144-171. 1966.
- INNIS, H. **The Fur Trade in Canada: an Introduction to Canadian Economic History**. Toronto: University of Toronto Press, 1930.
- KELLY, S. **La petite loterie: comment la couronne a obtenu la collaboration du Canada français après 1837**. Montreal: Boréal, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Les fins du Canada selon Macdonald, Laurier, Mackenzie King et Trudeau**. Montreal: Boréal, 2001.

- KLOOSTER, W. **Revolutions in the Atlantic World: a Comparative History**. New York: New York University Press, 2009.
- KYMLICKA, W. **La citoyenneté multiculturelle**. Montreal: Boréal, 2001.
- \_\_\_\_\_. **La voie canadienne: repenser le multiculturalisme**. Montreal: Boréal, 2003.
- LACOMBE, S. **La rencontre de deux peuples élus: Comparaison des ambitions nationale et impériale au Canada entre 1896 et 1920**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2002.
- LAFORREST, G. **Trudeau et la fin d'un rêve canadien**. Québec: Septentrion, 1992.
- LAMONDE, Y. (Org.). **Combats libéraux au tournant du XXe siècle**. Montreal: Fides, 1995.
- LAURIER, W. Le libéralisme politique. In: LAMONDE, Y.; CORBO, C. (Orgs.). **Le rouge et le bleu: une anthologie de la pensée politique au Québec**. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1999.
- LIPSET, S. **The First New Nation: the United States in Historical and Comparative Perspective**, New York, Basic Books, 1963.
- MCROBERTS, K. **Un pays à refaire: l'échec des politiques constitutionnelles canadiennes**. Montreal: Boréal, 1999.
- MEMMI, A. **Portrait du colonisé: portrait du colonisateur**. Paris: Gallimard, 1961.
- MONIERE, D. **Le développement des idéologies au Québec**. Montreal: Québec Amérique, 1977.
- MORIN, C. **Lendemain piégés: du référendum à la nuit des longs couteaux**. Montreal: Boréal, 1988.
- MORTON, W. **The Canadian Identity**. Toronto: University of Toronto Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. Clio in Canada: The interpretation of Canadian history. In: COOK, R. et al. (Orgs.). **Approaches to Canadian History**. Toronto: University of Toronto Press, 1967, p. 42-49.
- NEVERS, E. **L'avenir du peuple canadien-français**. Montreal: Fides, 1964.
- ORNSTEIN, M.; STEVENSON, M. (Orgs.). **Politics and Ideology in Canada**. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 1999.
- PAPILLON, M. Vers un fédéralisme postcolonial? La difficile redéfinition des rapports entre l'État canadien et les peuples autochtones. In: GAGNON, A-G. (Org.), **Le fédéralisme canadien contemporain: fondements, traditions, institutions**. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2006, p. 461-485.
- PAPINEAU, L.-J. **Un demi-siècle de combats**. Montreal: Fides, 1998.
- PEARSON, L. Where do we go from here. In: FIERLBECK, K. (Org.). **The Development of Political Thought in Canada: an Anthology**. Peterborough: Broadview Press, 2005.
- PORTER, J. **The Vertical Mosaic: an Analysis of Social Class and Power in Canada**. Toronto: University of Toronto Press, 1965.
- RESNICK, P. **Thinking English Canada**. Toronto: Studdart Publishers, 1994.
- ROCHER, F.; PELLETIER, B. (Orgs.) **Le nouvel ordre constitutionnel canadien: du rapatriement de 1982 à nos jours**. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2013.
- RUDIN, R. **Faire de l'histoire au Québec**. Quebec: Septentrion, 1998.
- SAUL, J. **Réflexions d'un frère siamois**. Montreal: Boréal, 1998.
- SEYMOUR, M. **La reconnaissance dans tous ses états: repenser les politiques de pluralisme culturel**. Montreal: Québec Amérique, 2009.
- SIBLEY, R. **Northern Spirits: John Watson, George Grant and Charles Taylor. Appropriations of Hegelian Political Thought**. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 2008.

- TAYLOR, C. **Rapprocher les solitudes**. Écrits sur le fédéralisme et le nationalisme au Canada. Québec: Presses de l'Université Laval, 1992.
- THERIAULT, J. **Critique de l'américanité**. Mémoire et démocratie au Québec. Montreal: Québec Amérique, 2002.
- TRUDEAU, P. La nouvelle trahison des clercs, **Cité libre**, v. 46, 1992, p. 3-16.
- \_\_\_\_\_. Le Québec et le problème constitutionnel. In: TRUDEAU, E. **Le fédéralisme et la société canadienne-française**. Montreal: HMH, 1967, p. 7-59.
- \_\_\_\_\_. Entretien avec Pierre Elliot Trudeau, **Cité libre**, v. XXV, 1997, p. 9-17.
- TULLY, J. **Une étrange multiplicité**. Le constitutionnalisme à une époque de diversité. Québec: Presses de l'Université Laval, 1999.
- VERNEY, D. **Three Civilizations, Two Cultures, One State: Canada's Political Traditions**, Durham, Duke University Press, 1986.
- WEBBER, J. **Reimagining Canada: Language, Culture, Community, and the Canadian Constitution**. Montréal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 1994.
- WILTON, C. **Popular Politics and Political Culture in Upper Canada**. Montréal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 2000.
- YOUNG, I. Hybrid democracy: Iroquois federalism and the post-colonial project. In: IVISON, D.; PATTON, P.; SANDERS, W. (Orgs.). **Political Theory and the Rights of Indigenous Peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 237-255.

Recebido em 24/04/2017.

Aceito em 18/08/2017.